

sociais e antipopulares) sagra-se vitoriosa nas urnas em outubro de 1998, e o país teria nos próximos quatro anos nova onda de desenvolvimento liberal sob comando da elite tucana. Além disso, o projeto popular petista, *ambicioso* e *generoso* com o povo brasileiro, é *sepultado de vez* por inviabilidade histórica. A vitória dos tucanos e de seus aliados é dupla: representaria a consolidação da agenda de reformas liberais no Brasil (iniciada em meados dos anos 90) e obrigaria os “cardeais” petistas (o chamado “campo majoritário”) a um reexame de seu próprio programa político e econômico e das alianças partidárias para viabilizar o “sonho de ver Lula presidente”.

A conjuntura econômica de 1997 e 1998

O principal trunfo de FHC para apresentar-se como candidato viável dos interesses das classes proprietárias e dos investimentos estrangeiros imobilizados no Brasil era a inflação baixa e controlada. Até meados de 1997, a política econômica de FHC seguiu um curso regular e previsível: juros altos para atrair capitais estrangeiros de curto prazo, os quais permitiam a formação de reservas internacionais públicas capazes de sustentar o “real forte” e, assim, manter em declínio e sob rígido controle a inflação.

Essa política econômica, embora bem sucedida na regulação da inflação, provocou, contudo, o agravamento de alguns indicadores da economia brasileira: déficit comercial crônico, explosão do endividamento em dólar, aumento extraordinário das despesas financeiras do governo federal (as quais exigiam um aumento crescente da carga tributária e um arrocho nos gastos públicos); o mandato presidencial de FHC parecia *sublimar* o seu antigo pensamento sociológico: a economia brasileira tornava-se *perigosamente dependente* de entrada de capitais estrangeiros e, portanto, suscetível às mudanças na conjuntura do mercado internacional de crédito.

Além disso, o “real forte” (mantido pela política econômica de FHC) provocou importantes impactos na indústria brasileira. O grande capital industrial (nacional e estrangeiro) fez valer sua força econômica e aproveitou o câmbio favorável e as linhas de crédito internacional baratas para renovar seus “velhos” aparelhos produtivos, substituindo-os pelos mais recentes materiais disponíveis no mercado mundial; esses pesados investimentos em modernização da grande indústria brasileira, *subsidiada* pela política de câmbio e juros de FHC, foi fundamental para melhorar sua produtividade e torná-la capaz de enfrentar a concorrência de produtos importados.

Não tiveram o mesmo destino os segmentos médios e pequenos da indústria brasileira e foram *intencionalmente* desfavorecidos pela política de abertura externa de FHC: os desembolsos de capital para modernização superavam os seus limitados recursos próprios e a alternativa de créditos internacionais mais baratos era dificultada pelas precárias garantias oferecidas pelas médias e pequenas indústrias; a parte indefesa da indústria foi duplamente prejudicada pela política econômica liberal: barateamento dos produtos importados e perda de parcela do mercado interno e condições de financiamento internas encarecidas pela política do “real forte”. As falências e demissões se multiplicaram como contrapartida da modernização do capitalismo brasileiro.

Entre fins de 1997 e a segunda metade de 1998, a conjuntura do mercado internacional de crédito, até então favorável à condução da política econômica de FHC, sofre o “choque” de duas crises sucessivas: a primeira, mais restrita ao Leste Asiático em outubro de 1997, e a segunda, de amplas repercussões internacionais, com a declaração da moratória da dívida externa russa em agosto de 1998. As perdas de capitais dos investidores estrangeiros impõem-lhes a decisão de rever investimentos nos chamados “mercados emergentes”, dando preferência a “ativos de qualidade”, isto é, ativos de segurança e de risco nulo como os papéis do Tesouro americano. Esse movimento de

“recomposição de carteiras” em direção aos ativos seguros ocorre numa velocidade e escala tão impressionantes que assume nos países afetados o papel de verdadeiras catástrofes naturais.

A equipe econômica de FHC toma, então, medidas emergenciais para conter a “sangria” de dólares do Brasil e defender o real das especulações a favor de sua desvalorização: eleva os juros e efetua cortes nos gastos correntes do setor público federal. A combinação dessas medidas alcança rapidamente a atividade econômica no segundo semestre de 1997, deprimindo-a durante o ano seguinte: a produção industrial declina, paralisando parte das instalações produtivas; os planos de investimentos são temporariamente suspensos e as demissões de trabalhadores avolumam-se assustadoramente. Esses novos contingentes juntam-se à enorme massa de desempregados que se formara desde o início do mandato de FHC por conta da modernização e reestruturação industrial induzida por sua política econômica.

Os programas de governos de Lula e FHC nas eleições presidenciais de 1998 e a dupla vitória da agenda liberal

A depressão econômica e a crise social de 1998 não impediram a vitória dos tucanos e de sua agenda de modernização liberal do Brasil; ao contrário, defendemos a tese que o desastre social e econômico daquele ano condicionou a reeleição de FHC e para isso levantaremos algumas hipóteses básicas e gerais.

O programa de governo de Lula e de sua aliança de partidos à *esquerda* tinha como mote “terra, pão e emprego” e continha propostas emergenciais e de medidas de “mudanças estruturais” de longo alcance da economia e sociedade brasileiras. Lula e seus aliados defendiam medidas temporárias para conter a crise econômica e social em andamento, cabendo destacar as seguintes: controle no movimento de capitais especulativos e desvalorização administrada do real.

Essas medidas teriam impactos imediatos sobre a conjuntura econômica na ocasião depressiva: os juros básicos não precisariam manter-se elevados para atrair o interesse de especuladores internacionais, reduzindo significativamente despesas financeiras do Estado; a economia no pagamento de juros poderia ser destinada a uma política de gastos públicos emergenciais e de amplas repercussões sociais e econômicas: construção de obras públicas e melhoramentos urbanos e concessão de benefícios assistenciais à população miserável das metrópoles e do interior rural brasileiro. A desvalorização administrada do real poderia livrar também a economia brasileira de sua depressão, pois representaria uma imediata e necessária proteção da produção nacional contra os concorrentes estrangeiros; ao lado disso, estimularia os empresários a aumentar a produção para atender a demanda externa, repercutindo favoravelmente sobre o emprego e renda nacionais, além de melhorar a balança comercial e reforçar a disponibilidade de divisas em meio a uma escassez crônica delas por causa da fuga de capitais estrangeiros.

Essa política econômica *emergencial* seguia uma orientação tipicamente keynesiana (defendida por importantes escolas de economia, como os Institutos de Economia da UFRJ e UNICAMP) de defesa da *demanda efetiva*, do emprego e da renda nacionais. Durante o embate eleitoral com a coligação de FHC, essas propostas assumiam um caráter “desesperador” de tentativa de convencimento dos eleitores de que Lula e PT poderiam “salvar” o capitalismo brasileiro de uma crise econômica e social que estava colocando em risco a própria sobrevivência da sociedade brasileira.

Lula e seus aliados prometiam também “reformas estruturais” e duas delas podem ser sublinhadas como exemplo evidente de mudanças nas orientações ideológicas e políticas da cúpula

petista que ocorreriam após a derrota eleitoral de outubro de 1998: a reforma agrária e a reforma trabalhista. A primeira teria, na visão de seus idealizadores, a função de promover uma “verdadeira revolução agrícola”: os assentamentos rurais e a formação de pequenas fazendas produtoras de artigos agrícolas de consumo popular permitiriam conter o êxodo rural e melhorar a vida dos camponeses brasileiros; além disso, essas unidades agrícolas forneceriam em grande escala alimentos abundantes e baratos à população dos centros urbanos, de importância decisiva para as metrópoles, aumentando o poder de compra dos salários além de, a depender da conjuntura do mercado de trabalho, permitir uma redução dos custos salariais sem onerar o padrão de vida dos assalariados. Os efeitos favoráveis a médio e longo prazo sobre a inflação seriam evidentes.

A reforma trabalhista, por sua vez, consistiria num amplo conjunto de propostas que visavam reformular a legislação trabalhista, previdenciária e sindical vigente; em linhas gerais, buscavam criar medidas de inclusão dos trabalhadores informais à rede de proteção social (o que permitiria um reforço de caixa na seguridade social), dar autonomia e poder de decisão às bases dos sindicatos (estimulando-os a organizar e incluir entre os seus representados os contingentes desempregados), além de generalizar entre os trabalhadores brasileiros as conquistas dos direitos trabalhistas consagrados pela Constituição de 1988. A “reforma trabalhista” teria a dupla função de ampliar a rede de proteção social já existente (criando tardiamente um “Estado de Bem Estar Social” de tipo europeu, tão fundamental nos países avançados para a construção e desenvolvimento das democracias e melhorias no padrão de vida de suas populações) e fortalecer o vasto mercado interno brasileiro, constituindo a base do desenvolvimento capitalista na proposta de Lula e seus aliados nas eleições de 1998.

Esse programa de governo de Lula e seus aliados, embora “bem intencionado” e generoso para com o povo brasileiro, estava destinado ao fracasso histórico nas eleições de outubro de 1998 e há, para isso, razões bastante objetivas, que ultrapassam a suposta falta de carisma de Lula naquela ocasião (que o fazia adotar os motes “mudança com segurança” “Lula paz e Amor” em 2002) ou a elegância majestosa de FHC e demais integrantes da elite tucana. A meu ver, as razões, como as boas razões, estão no exame da realidade social e econômica de 1998.

Como dissemos em texto anterior publicado nesta “Janela”: “Nas democracias representativas, é o centro político que atrai suas margens à esquerda ou à direita para o projeto de poder em disputa nos jogos eleitorais; as coligações esquerdistas ou direitistas do quadro político das democracias não têm no geral viabilidade eleitoral para liderarem sozinhas (a não ser nas situações de *anormalidade econômica e social*) um projeto político de poder que simultaneamente atenda os interesses de melhoria de vida das massas do povo e os anseios de acumular riquezas e capital das classes proprietárias.”

O “projeto político de poder” de Lula e de seus aliados não oferecia horizontes de acumulação de riquezas e capital às classes proprietárias brasileiras e aos investidores estrangeiros que operavam no Brasil.

As medidas emergenciais e estruturais do programa petista iam numa direção oposta à orientação liberal que desde fins dos anos 80 conduzia a gestão da política econômica e social brasileira (sustentada, sobretudo, pela integração às correntes de comércio e finanças mundiais). Essa gestão liberal da política econômica foi reafirmada durante o mandato presidencial de FHC e dos tucanos e favoreceu amplamente os grandes capitais nacionais e estrangeiros através das privatizações, da abolição, em vários casos, das “reservas de mercado” e da política de juros e câmbio, que, como vimos, subsidiou a modernização da parte capitalizada da indústria brasileira. Não é casual, que os interesses econômicos e sociais das classes proprietárias brasileiras (na indústria,

no comércio, nos bancos e na grande imprensa) e dos investidores estrangeiros aderiram *em bloco* à candidatura de reeleição de FHC, confinando o candidato petista a uma base social de apoio restrito aos movimentos sociais organizados e de reduzida influência econômica e política.

Por outro lado, essa própria base social de apoio da candidatura petista estava enfraquecida. Basta lembrar que a modernização e reestruturação industrial dispensaram grande número de trabalhadores das linhas de produção; boa parte desses trabalhadores demitidos era formada por assalariados de longa experiência nas lutas operárias e sociais: a pauta de reivindicações dos sindicatos sofreu o impacto dessas mudanças estruturais no mercado de trabalho, passando a ter uma orientação *dominantemente* econômica (de defesa de salários e dos empregos, de negociação de jornadas de trabalho e de direitos trabalhistas), sacrificando, em grande parte, as lutas em favor de mudanças sociais mais profundas. Essa tendência geral do mercado de trabalho e do sindicalismo brasileiro no primeiro mandato de FHC foi reforçada pela depressão econômica e pelo imenso contingente de desempregados que se formou durante 1998.

Assim, a coligação tucana concentra o apoio e os favores econômicos das classes proprietárias brasileiras e dos investidores estrangeiros e isola Lula e seus aliados a uma base social esfacelada pela crise e depressão econômicas; além disso, FHC consegue amplo apoio nas massas populares “não organizadas” e novamente o “real forte” joga papel decisivo.

FHC nos programas eleitorais e principalmente através de seus pronunciamentos presidenciais (de ampla cobertura da grande mídia) apresentava-se aos seus eleitores como o único candidato capaz de colocar em ação uma “solução segura” para a “crise do real”, que na versão oficial era ocasionada por “turbulências” momentâneas nos mercados financeiros internacionais. FHC e seus aliados isentavam de qualquer responsabilidade a política econômica vigente pelo agravamento da vulnerabilidade e dependência de capitais estrangeiros de curto prazo. A fuga de capitais e suas repercussões depressivas sobre a atividade econômica resultavam de um “choque” internacional, tão imprevisível e incontrolável quanto mudanças repentinas do clima, as quais por vezes ocasionam verdadeiros desastres ambientais.

A “solução segura” para a crise de confiança no real passaria, segundo as propostas dos tucanos e aliados, por um acordo de empréstimos com o FMI e somente o presidente FHC e sua equipe econômica teriam credibilidade junto à comunidade financeira internacional para obter seus favores. O apoio financeiro do FMI (atuando como uma espécie de fiador da política econômica de FHC) acalmaria os “mercados” e a tranquilidade social e econômica retornariam ao país. Esse discurso eleitoral de FHC e de seus aliados tinha enorme apelo popular, pois naquela conjuntura de insegurança econômica e social vinha à memória do povo o passado recente de descontrole inflacionário, cada vez mais associado (durante os programas eleitorais da candidatura governista) à “quebra de contratos” e às propostas da coligação petista.

As urnas consagram novamente FHC com uma vitória esmagadora, ungindo-o presidente reeleito já no primeiro turno. O projeto de poder de FHC e dos tucanos (previsto pelo falecido Sérgio Motta para durar doze anos) consolida a agenda liberal de reformas econômicas e sociais no Brasil. A tarefa de FHC no seu segundo mandato era dar continuidade à gestão da política econômica e social, “modernizar” a condução da política fiscal (no final de 1998, como contrapartida dos empréstimos e do apoio do FMI, FHC envia ao congresso nacional uma proposta de “Lei de Responsabilidade Fiscal”), efetuar mudanças no regime previdenciário e regulamentar as agências que regulariam o mercado de serviços de utilidade pública explorados por capitais privados.

A vitória de FHC em 1998 é também o *sepultamento definitivo* do “projeto de governo popular” de reformas econômicas e sociais liderado pelo PT e demais partidos de “esquerda”. A terceira

derrota de Lula em campanhas presidenciais leva a cúpula petista a revisar suas estratégias de poder político. O chamado “campo majoritário” do PT conclui que o confinamento da candidatura de Lula em 1998 condicionou em grande parte sua derrota; era necessário ampliar as alianças partidárias e obter apoio também junto às classes proprietárias. Os antigos programas econômicos petistas são criticamente revistos e os novos passam gradativamente a incorporar várias teses da ideologia política e econômica liberal.

Os desenvolvimentos históricos recentes da política e economia brasileira (do segundo mandato de FHC à metade do governo Lula) parecem mostrar que tucanos e petistas estão destinados a disputar qual das duas agremiações será a classe dirigente e política dos proprietários de capital e riqueza no Brasil, tal como sucede em geral com o Partido Republicano e Partido Democrata nos EUA e com o Partido Conservador e Partido Trabalhista na Inglaterra.

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.